

## DESEMPENHO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA – MS

**GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento,  
governança, controle social e gestão do território**

Ana Paula Espíndola Arguelho  
Rosele Marques Vieira  
Claudia Vera da Silveira

### RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 2010 a 2020. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e descritiva elaborada a partir da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os resultados foram apresentados em tabela e mapas e mostraram diferenças entre os municípios analisados, destacando-se Ponta Porã com maior contingente populacional, maior número de população ocupada e PIB. Os municípios da região com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, com um índice variando entre 0,57 e 0,64. O IFDM indicou um desenvolvimento moderado para Aral Moreira, Amambai, Laguna Carapã e Ponta Porã e um índice regular para Antônio João, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru e sete Quedas para o ano de 2016.

**Palavras-chave:** Indicadores Socioeconômicos, Desenvolvimento na faixa de fronteira;  
Desenvolvimento Regional, Região Sul Fronteira, Mato Grosso do Sul.

### INTRODUÇÃO

As regiões localizadas na fronteira possuem características diferenciadas e algumas particularidades econômicas, culturais e sociais, apresentando uma dinâmica socioeconômica diferenciada das demais regiões brasileiras, principalmente nos municípios que estão localizados na Faixa de Fronteira Internacional (FFI).

A Faixa de Fronteira é resultado de um processo histórico fundado na preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde o período colonial. Porém, apenas em 1979, por meio da Lei nº 6.634, a Faixa de Fronteira foi instituída, definindo sua conformação territorial, denominada “Faixa de Fronteira” e, sua função estratégica de segurança territorial foi reiterada (Brasil, 2005)

Segundo Guetti (2008), apesar de possuir características diferenciadas de outros territórios, a discussão a respeito do desenvolvimento das fronteiras internacionais tem-se ampliado a partir da década de 1990, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional.

Desde então, a preocupação com a segurança e a soberania do território tem alicerçado discussões sobre o desenvolvimento regional, na perspectiva de que para haver segurança, faz-se necessário o fortalecimento de outros aspectos da Faixa de Fronteira, como a geração de emprego e renda (Brasil, 2010).

Estudos sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico são de grande relevância, no sentido de demonstrar o desempenho dos indicadores sociais e econômicos, considerando suas limitações, diferenças e singularidades, fornecendo uma série de informações sobre gargalos e fragilidades aos quais as políticas públicas devem focar, no sentido de melhorar o quadro socioeconômico dos municípios (Ferrera de Lima; Hersen; Klein, 2016).

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 2010 a 2020, através dos indicadores socioeconômicos. Além desta introdução, o trabalho está organizado em mais quatro seções. Na segunda, é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa a pesquisa. Na terceira, são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam o estudo. Já na quarta seção, foi realizada a apresentação e análise dos resultados. Finalmente, a quinta seção destaca-se as considerações finais do trabalho.

## **2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO MS E DA REGIÃO SUL FRONTEIRA**

Histórica e politicamente constituída, a faixa de fronteira é normatizada pela Constituição Federal de 1988. No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 km de largura paralela ao limite internacional. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, cerca de 27% do território faz parte da faixa de fronteira, o que totaliza mais de 143 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2020).

De acordo com Segunda Comissão Demarcadora de Limites (SCDL, 2019) a fronteira do Brasil com o Paraguai “tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas. Estados brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai: Paraná e Mato Grosso do Sul” (SCDL, 2019, p. 1).

A continuação apresenta-se alguns marcos históricos que ocorreram no processo de formação territorial da região sul do antigo Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul, e que contribuíram tanto para a ocupação como para o desenvolvimento regional e local.

Com a finalização da Guerra do Paraguai (conhecida também como Guerra da Triple Alianza) (1864 – 1870), tem-se a formação de uma comissão mista Brasil-Paraguai para a delimitação da fronteira entre ambos os países. Cabe destacar que à região era abundante em ervais nativos, planta que despertaria o interesse de um comerciante que acompanhava a mencionada comissão.

Assim, o ciclo da erva-mate teve um papel de extrema importância na região. Seu processo de exploração inicia com a demarcação da fronteira, quando o então Tomás Laranjeira, recebe em concessão às terras devolutas do estado, e passa a explorar os ervais nativos, utilizando principalmente braços paraguaios e indígenas. Com o passar dos anos foi criada a Companhia Mate Laranjeira, que passa a ter controle e monopólio da exploração da erva-mate na região, tornando-se o principal produto da economia do antigo sul de Mato Grosso. Cabe destacar que o principal consumidor era a Argentina. Abreu (2001) menciona que a atuação da MateLaranjeira caracterizou-se como uma espécie de economia de enclave, de ilha econômica, que não teve capacidade de gerar encadeamentos e um mercado interno.

No entanto, após a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), outras atividades, além da ervateira, começaram a fazer parte do universo econômico da Região, dentre elas a agropecuária. Com isso, muitos migrantes vieram para a Região, especialmente gaúchos e nordestinos (Pavão, 2005).

Em 1938, teve início a “Marcha para Oeste”, com o intuito de nacionalizar as fronteiras sul-mato-grossenses, principalmente com o Paraguai. Assim, algumas medidas foram criadas para enfraquecer a Companhia Mate Laranjeira, dentre elas, a recusa da renovação de contrato de arrendamento e a taxa sobre a erva-mate. Em 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), um projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, que tinha como objetivo ocupar terras férteis. A CAND foi instalada nas áreas que antes eram arrendadas pela Companhia Mate Laranjeira, surgindo as cidades da Região de Dourados.

Em 1965, com o aumento da produção interna de erva-mate, a Argentina parou de importar o produto do Brasil, principalmente do Estado de Mato Grosso, o que pode ter acarretado o fim da atividade na Região. Outro fato histórico que teve extrema contribuição para o crescimento e desenvolvimento da Região, foi a estrada de ferro. Até a década de 1980, muitos dos municípios sul-mato-grossenses não tinham asfalto, dessa forma, a maneira mais acessível, tanto para passageiros, quanto para cargas, era o trem.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Linha Tronco), é uma das principais ferrovias do Mato Grosso do Sul. Liga o município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, ao centro-oeste de São Paulo. Pelo fato da cidade de Corumbá estar localizada às margens do Rio Paraguai, facilita conexões internacionais com a Argentina e Paraguai. A Ferronorte (Ferrovia Norte Brasil) que liga as cidades de Rondonópolis, no Mato Grosso, e Santa Fé do Sul, em São Paulo, foi considerada um dos principais corredores para o escoamento de grãos, além de ser fundamental para o Agronegócio (IPHAN, 2009).

Em 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, sendo desmembrado do Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, 44 deles estão localizados e fazem parte da faixa de fronteira, o que representa mais de 55% de seu território. A faixa de fronteira sul mato-grossense está localizada no arco central e faz divisa com dois países, Paraguai e Bolívia (IBGE, 2020).

De acordo com dados do IBGE, em 12 anos, de 2010 a 2022, a população de Mato Grosso do Sul cresceu 12,56% (média de 0,99% ao ano) e passou de 2.449.024 pessoas para 2.756.700, segundo dados preliminares do Censo de 2022 (IBGE, 2022).

## **CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO FRONTEIRIÇA**

De acordo com Ferrera de Lima (2020) “A região fronteira é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização”.

Os municípios que estão localizados na faixa internacional de fronteira apresentam certas singularidades que os diferenciam das demais regiões brasileiras, e tendem a ter mudanças que acontecem de maneira mais rápidas por estarem na divisa internacional, ou seja, a dinâmica é afetada por dois países. Possuem características diferenciadas, tanto na sua formação histórica, comércio, migração, entre outras.

Essa região é permeada por debates, planos e políticas de desenvolvimento, entretanto, na prática, são poucos os resultados efetivos percebidos por sua população (Belarmino e Vieira, 2020). Mesmo estando inseridas nesses debates públicos, essas regiões ainda permanecem com uma dinâmica estagnada, apresentando baixo desenvolvimento econômico e social, seja pela dificuldade de gestão, diálogos ou atenção para regiões periféricas, mantendo uma realidade socioeconômica precária nesses municípios.

Além disso, a região fronteira também é permeada por desigualdades socioeconômicas, conflitos, alto índice de criminalidade, informalidade, devido às escassas oportunidades de trabalho, e baixos índices de educação, saúde e renda. (Belarmino, 2021).

Ferrera de Lima (2020) aponta ainda outros elementos de dificuldade de formação e retenção de capital humano, de formação de capital social e mecanismos de governança participativa, desenvolvimento de inovações e atividades empreendedoras que impactam negativamente na dinâmica do desenvolvimento das regiões de Fronteira do Arco Central.

Esses municípios também se diferenciam das outras regiões brasileiras por apresentarem interações internacionais, e pelo fato disso ser uma realidade cotidiana, principalmente nas cidades-gêmeas, como as cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

A Figura 1 apresenta o mapa do Estado de Mato grosso do Sul, com suas respectivas divisões por Regiões, com destaque para Região Sul-Fronteira.

**Figura 1. DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL POR REGIÕES (REGIÕES SUL-FRONTEIRA)**



Fonte: Semadesc (2015).

Cabe destacar que o estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios. Baseado nesses municípios, a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura) definiu, para fins de elaboração de um plano de gestão, nove regiões de planejamento.

No que se refere aos municípios da Região Sul-fronteira, possuem em comum o fato de que parte deles situam-se na fronteira com o Paraguai, com isso, carregam grande influência cultural e econômica com aquele País. Dessa influência, podemos citar a forte relação comercial e empresarial entre o Município de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e Pedro Juan Caballero, no outro lado da fronteira, onde se destacam a influência da cultura paraguaia na música, na dança e na culinária.

Quanto as atividades econômicas, apresentam forte dependência econômica ligada a produção rural, e as culturas mais importantes são: a soja e o milho. A mandioca tem importância local para a alimentação ou como matéria prima de fecularias da região e entorno.

A erva-mate aparece como atividade cultural e alternativa econômica para a região, sendo produto importante para a manutenção da tradição da cultura do chimarrão e do tereré, muito difundidos pela população fronteiriça. A pecuária de corte aparece como atividade importante na ocupação de áreas com pouca aptidão agrícola. As maiores concentrações de bovinos da Região estão localizadas nos municípios de Amambai, Tacuru e Ponta Porã. A atividade industrial é pouco expressiva, os principais ramos industriais estão ligados à indústria frigorífica, curtume, erva-mate e produção de fécula de mandioca (SEMADESC, 2015).

Outra singularidade das regiões na faixa de fronteira é a baixa densidade demográfica. Por se localizarem longe dos grandes centros, e por serem tardiamente povoadas, fez com que a faixa de fronteira, desde sua criação, tenha limitações ao desenvolvimento.

De acordo com Ribeiro (2019) alguns fatores históricos e geográficos que contribuíram para concretização dessa realidade foram: 1) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. 2) Industrialização: por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial, o que impacta na qualidade de vida dessa população. 3) Mão de obra e matéria-prima: o desenvolvimento do Brasil é fruto de ciclos econômicos de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

Devido a essas características, o desenvolvimento da região sul fronteira apresentou impactos negativos no seu desenvolvimento, bem como foram industrializadas e ocupadas de maneira mais tardia e, hoje, vive os reflexos dessa dinâmica e do baixo índice de desenvolvimento.

## **CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS DESIGUALDADES PARA AS REGIÕES**

As atividades econômicas não se encontram em todas as partes do território. A concentração econômica, as descontinuidades espaciais e as desigualdades regionais são inevitáveis, pelo menos nas fases iniciais do processo de crescimento e de ocupação do território regional (Souza, 2009).

O desenvolvimento econômico consiste em um processo sistemático de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital, que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (Bresser-Pereira, 2010).

Crescimento e desenvolvimento econômico são fundamentais para a toda região. O crescimento econômico está atrelado à produção, consumo e enriquecimento. Já o desenvolvimento está voltado para o índice de qualidade de vida, levando em consideração vários fatores.

Para Furtado (1961), crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, representado basicamente pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população.

De acordo com Santos (2010) podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais. As desigualdades socioeconômicas fazem parte da realidade fronteiriça, e poucas ações práticas que visem amenizar seus efeitos sobre a população menos favorecida são percebidas nessa região (Belarmino e Vieira, 2020).

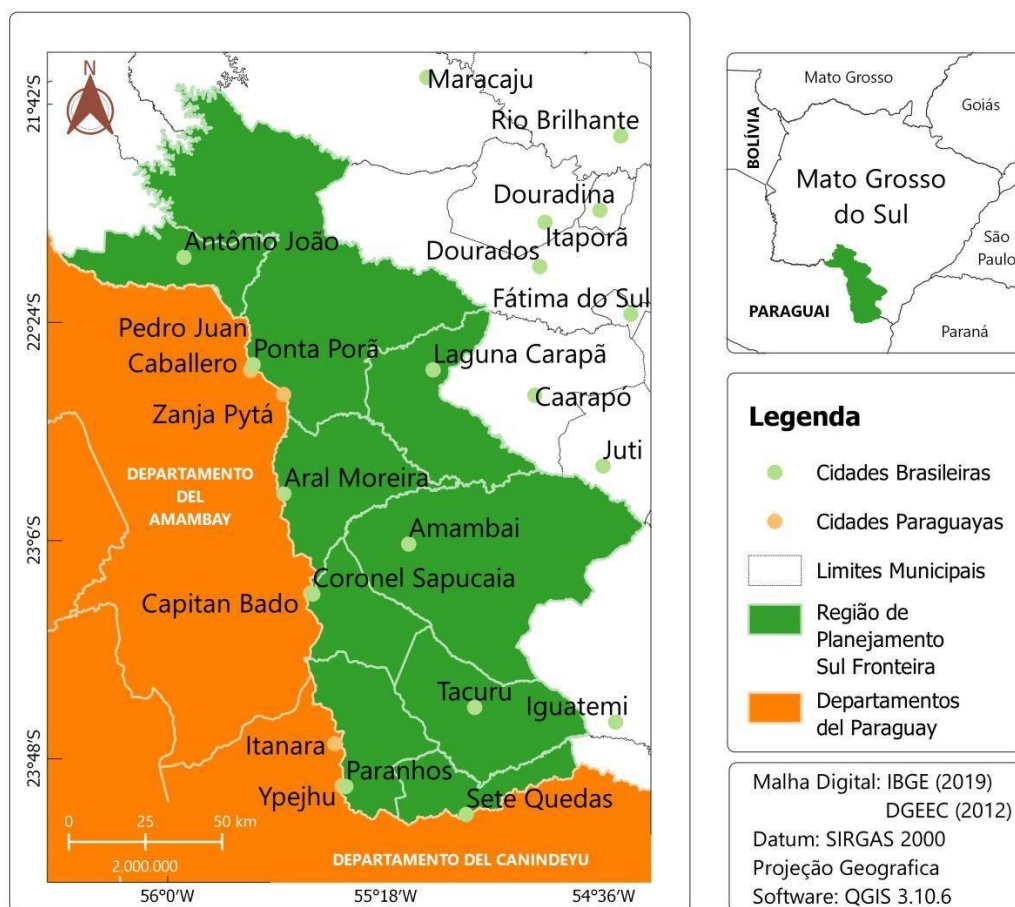
As causas das desigualdades e o crescente distanciamento entre ricos e pobres são inúmeras, as mais comuns são: má distribuição de renda; ineficiência na administração pública dos recursos; falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; falta de oportunidades de trabalho; corrupção; lógica de acumulação do mercado capitalista entre outras (Sen, 2001; Myrdal, 1960).

Diversos autores fizeram estudos voltados para a temática do desenvolvimento social e econômico na faixa Sul Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos, com destaque para: Machado (2005); Lamberti (2006); Guetti (2008); Torrecilha (2013); Scherma (2016); Baptista (2016); Goetttert (2017); Pedrollo-Machado (2018); Brito (2018); Oliveira (2019); Corrêa (2019); Barbosa; Moreira; Marin (2019); Costa (2019); Farias(2019).

De acordo com os estudos, os 44 municípios que compõem a faixa sul fronteira de Mato Grosso do Sul apresentam características de regiões subdesenvolvidas, elevados índices de pobreza, baixa densidade demográfica e disparidades econômicas e sociais.

Ainda que estudos mostrem que a maioria dos municípios tendem a apresentar características de subdesenvolvimento, vale salientar que temos algumas exceções, como por exemplo o Município de Ponta Porã, que apresenta um desenvolvimento regional diferenciado das outras Regiões localizadas na Faixa Internacional de Fronteira, como será demonstrado posteriormente.

## **Figura 2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL**



Fonte: Os autores (2024).

## METODOLOGIA

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa; quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo e caracteriza-se como pesquisa de levantamento de dados secundários.

A área analisada corresponde à região de planejamento Sul Fronteira composta pelos municípios que se localizam ao sul do estado do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, a saber: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. A Figura 2 apresenta a área de estudo do artigo.

Os dados utilizados na pesquisa são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referem-se a: População; Trabalho e rendimentos; Renda e Pobreza; Produto Interno Bruto (PIB); coeficiente de GINI e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Através dos dados foi realizada uma análise comparativa entre os anos de 2010 e 2022, avaliando as mudanças ocorridas nesse período referente à indicadores de renda, população, PIB, emprego, IDHM, Índice de Gini.

O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres. O Índice de Gini varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a renda. Através desse indicador foi analisar qual o município apresenta a menor e a maior concentração de renda.

Os dados referentes ao IDHM, apresentam três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, renda e educação. Também possui uma variação entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Apresenta a seguinte classificação: baixo desenvolvimento (0,500 – 0,599); Médio desenvolvimento (0,600 – 0,699); Alto desenvolvimento (0,700 – 0,799) e, muito alto desenvolvimento (0,800 – 1,000). Através desses dados foi possível fazer um comparativo entre qual município possui o melhor índice de desenvolvimento humano.

Outro indicador utilizado no trabalho foi o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal, o IFDM, que foi criado em 2008, é um estudo, com base em estatísticas públicas que são disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, que acompanha, anualmente, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em três áreas de atuação de extrema importância: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Esse índice varia de 0 a 1, classificando o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (resultados inferiores a 0,4 ponto), regular (resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 ponto), moderado (resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 ponto) e alto desenvolvimento (resultados superiores a 0,8 ponto) (FIRJAM 2016).

## DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO SUL FRONTEIRA

A região de planejamento Sul Fronteira é composta por nove municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, e Tacuru, ocupando um espaço territorial de 19.020,94 km<sup>2</sup>. Seis desses municípios fazem fronteira seca com o Paraguai, e possuem vínculos culturais e econômicos com o país vizinho. Essa relação tem destaque nas fortes relações comerciais e culturais entre o município de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), relacionadas ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviços que se intensificam devido a existência da fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006), a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circulam e consomem no território urbano conurbado, produzindo relações mútuas de troca.

Essas cidades têm a sua estrutura socioeconômica dinamizada por uma multiplicidade de interações que aproveitam as diferenciações existentes em ambos os lados de uma fronteira, como, por exemplo, as diferenças monetárias (marcadas por oscilações constantes), normas jurídicas, preços e mercadorias disponíveis, acesso e qualidade dos serviços de saúde e educação, manifestações culturais (Carneiro, 2016; Moura e Cardoso; 2016; Goetttert, 2017).

Segundo dados do IBGE (2020), com relação ao número de habitantes, o município de Ponta Porã conta com 93.937 habitantes, seguido por Amambai com 39.826 habitantes. Já o município com a menor população é Laguna Carapã com 7.419 habitantes. A Tabela 1 apresenta um comparativo referente ao número de habitantes num corte temporal de 12 anos, 2010 a 2022, de acordo com os 2 últimos Censos realizados pelo IBGE, além disso também apresenta informações referente ao ano de 2020, momento em que o país passou pela maior crise sanitária da história – Covid-19.

	2010	2020	2022
Ponta Porã	77.872	93.937	92.017
Amambai	34.730	39.826	39.325



Coronel Sapucaia	14.064	15.352	14.161
------------------	--------	--------	--------

**Tabela 1. POPULAÇÃO DA REGIÃO SUL FRONTEIRA DO MATO GROSSO DO SUL - 2010/2022 População Municípios**

Paranhos	12.350	14.404	12.921
Sete quedas	10.780	12.332	10.994
Aral Moreira	10.251	11.674	10.748
Tacuru	10.215	10.771	10.808
Antônio João	8.208	9.020	9.303
Laguna Carapã	6.491	7.419	6.799
<b>Total</b>	<b>184.961</b>	<b>214.735</b>	<b>207.076</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

A população total residente nesta região em 2020, era de 214.735 habitantes (IBGE, 2020). Cabe destacar que a região conta com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas com aproximadamente 4.336 famílias e 21.681 pessoas (SEMAGRO, 2015).

Verifica-se que o município de Ponta Porã teve um significativo crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022. Bem como o município de Amambai. Esse aumento no número de habitantes é reflexo do desenvolvimento desses municípios na geração de emprego e renda.

O município de Antônio João apresenta um pequeno crescimento, porém, ainda assim, se destaca dos demais municípios, como Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru, que permaneceram em um nível de estagnação populacional.

Conforme apresenta a tabela 2, em 2016, o município com o maior salário médio mensal da região é Laguna Carapã com 2,6 salários, a menor média salarial é de Coronel Sapucaia com 1,7, sendo que os demais municípios variam de 1,8 a 2,3. Quando comparados à população de cada município, com o número de pessoal ocupado, verifica-se que o município com a maior população ocupada é Ponta Porã, seguida de Laguna Carapã, com 15%, que, mesmo sendo o menor município da região em população, apresenta um elevado percentual de população ocupada. A segunda maior cidade da Região Sul Fronteira é Amambai e apresenta 13,2% da população ocupada. O município com menor população ocupada é Tacuru com 6,6%.

**Tabela 2. TRABALHO E RENDIMENTO DOS TRABALHADORES FORMAIS - 2016-2021**

Municípios	2016			2021		
	Salário médio mensal <sup>a</sup>	Pessoas ocupadas	População ocupada	Salário médio mensal <sup>a</sup>	Pessoas Ocupadas	População ocupada
Amambai	2,1	5.074	13,2%	2,1	6.438	16,0%
Antônio João	1,9	683	7,8%	2,2	991	10,9%
Aral Moreira	2,2	1.152	9,8%	2,2	1.696	13,5%

Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%	1,9	1.286	8,3%
Laguna Carapã	2,6	1.075	15%	2,7	1.197	15,9%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%	2,6	890	6,1%
Ponta Porã	2,2	13.608	15,2%	2,2	16.427	17,2%
Sete Quedas	2,3	1.083	10%	2,3	1.160	10,7%
Tacuru	1,8	744	6,6%	2,0	982	8,3%

<sup>a</sup>Em salários mínimos. Fonte: IBGE (2016/2023).

A tabela 2 mostra, também, os dados mais recentes sobre trabalho e rendimento, no ano de 2021. Nela podemos verificar que, no decorrer dos anos, Laguna Carapã, apesar de não ter um número significativo de aumento na quantidade de pessoas ocupadas, permanece sendo o município com o maior salário médio, sendo de 2,7 salários. O município de Paranhos teve um crescimento considerável no nível de salários, saltando do 5º para o 2º município com maior salário na Região.

**Tabela 3. RENDA E POBREZA NO ANO DE 2010**

<b>Municípios</b>	<b>Renda per capita \$</b>	<b>% de extremamente pobres</b>	<b>% de pobres</b>	<b>% da renda apropriada pelos 10% mais ricos</b>
Ponta Porã	653.36	5.94	16.69	50.05
Amambai	561.14	10.58	20.69	42.85
Laguna Carapã	536.02	9.45	21.84	39.84
Sete Quedas	487.00	9.48	22.79	42.7
Antônio João	411.49	11.57	25.93	43.71
Aral Moreira	398.50	11.89	26.82	41.27
Tacuru	367.68	23.07	34.36	46.38
Coronel Sapucaia	350.37	16.87	35.06	40.08
Paranhos	271.52	33.54	52.84	48.71

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Comparando os dados de 2016 e 2021 podemos analisar, também, que Ponta Porã, o município com maior número de habitantes da Região Sul Fronteira, mesmo não apresentando o maior salário, é o município com maior número de população ocupada, tanto em 2016, quanto em 2021.

A tabela 3 mostra que o município com a menor renda per capita (R\$ 271,52) e maior porcentagem de pobres (52,84%) e extremamente pobres (33,54%) é Paranhos, e apresenta ainda a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos. Já o município com maior renda per capita R\$ 653.36 e menor porcentagem de pobres e extremamente pobres é Ponta Porã.

Segundo o IBGE, as famílias que estão na linha de pobreza possuem os rendimentos per capita de US\$ 5,50, equivalentes a R\$ 486,00 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US\$ 1,90, ou R\$ 168 mensais per capita.

Analisando a concentração de renda, o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%, que mesmo estando no patamar da linha de pobreza, relacionado à renda per capita, a concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos é bem significativa, tendo em vista que, por outro lado, a concentração de extremamente pobres também são as mais elevadas. A menor concentração de renda é de Laguna Carapã 39,84%, seguida de Coronel Sapucaia 40,08%.

Quanto maior a renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior o percentual de pobres e extremamente pobres, e, como consequência, maior o nível de desigualdade, como analisado nos municípios de Paranhos e Tacuru. Exceção essa para o município de Ponta Porã, que apresenta renda per capita de R\$ 653,36, com percentual de mais de metade da renda concentrada nas mãos dos 10% mais ricos. Os outros municípios variam entre si, com médias relativamente altas de pobreza e concentração de renda.

**Tabela 4. PIB dos municípios da região Sul Fronteira do MS – 2010/2020**  
(em R\$ 1.000.000)\*

Municípios	2010				2020			
	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total
Amambai	94	30	238	362	318	91	713	1123
Antônio João	29	5	85	118	161	13	264	438
Aral Moreira	86	9	90	185	540	36	285	860
Coronel Sapucaia	22	5	67	95	84	14	154	251
Laguna Carapã	110	11	65	185	418	25	216	659
Paranhos	17	3	54	74	68	9	145	223
Ponta Porã	224	113	599	936	1446	332	2016	3793
Sete Quedas	24	7	62	93	122	17	154	293
Tacuru	36	4	55	95	112	9	121	243

\*PIB com valor adicionado, descontado os impostos.

Fonte: IBGE (2010/2020).

A tabela 4 mostra o PIB dos municípios que compõem a Região Sul Fronteira, nos anos de 2010 e 2020. Os municípios com maiores desempenho no PIB são Ponta Porã com um total de R\$ 935.791, e Amambai R\$ 362.257. Ponta Porã tem destaque para os três setores, notadamente no setor de comércio e serviços. O município de Laguna Carapã registra um PIB de R\$ 185.499, com destaque para agropecuária. Dessa forma, grande produção agropecuária e sua maior especialização no setor de comércio e serviços, corroboram para o crescimento do produto interno bruto. A menor participação do PIB ocorre em Paranhos, em consequência da baixa população e pessoal ocupado.

Analisando os dados de 2020 verificou-se que no município de Ponta Porã aumentou a participação do PIB nos setores de atividades, com destaque para o comércio e serviços e agropecuária. No total a maior participação do PIB ocorreu nos municípios de Ponta Porã e Amambai registrando, R\$ 3.793.254 e R\$ 1.122.610, respectivamente.

Laguna Carapã se destaca como o segundo município com o maior PIB da Região em 2010 no setor agropecuário, com um total de R\$ 109.976, dando lugar, em 2020, para Aral Moreira, com R\$ 539.797. Dessa forma, as produções agropecuárias, juntamente com o setor de comércio e serviços, corroboram para o crescimento do Produto Interno Bruto dos municípios.

A menor participação do PIB em 2010 ocorre nos municípios de Paranhos, Sete Quedas, e Coronel Sapucaia, respectivamente. Já em 2020, a menor participação do PIB permanece com Paranhos e Tacuru, seguido de Coronel Sapucaia, devido também ao número reduzido da população e pessoal ocupado.

**Tabela 5. IDHM NO ANO DE 2010 PARA MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL**

<b>Municípios</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>	<b>IDHM</b>	<b>Classificação do IDMH*</b>
Amambai	0.683	0.818	0.546	0.673	Médio desenvolvimento
Antônio João	0.633	0.799	0.526	0.643	Médio desenvolvimento
Aral Moreira	0.628	0.798	0.507	0.633	Médio desenvolvimento
Coronel Sapucaia	0.607	0.806	0.417	0.589	Baixo desenvolvimento
Laguna Carapã	0.676	0.822	0.545	0.672	Médio desenvolvimento
Paranhos	0.566	0.811	0.444	0.588	Baixo desenvolvimento
Ponta Porã	0.708	0.812	0.598	0.701	Alto desenvolvimento
Sete Quedas	0.660	0.778	0.450	0.614	Médio desenvolvimento
Tacuru	0.615	0.782	0.434	0.593	Baixo desenvolvimento

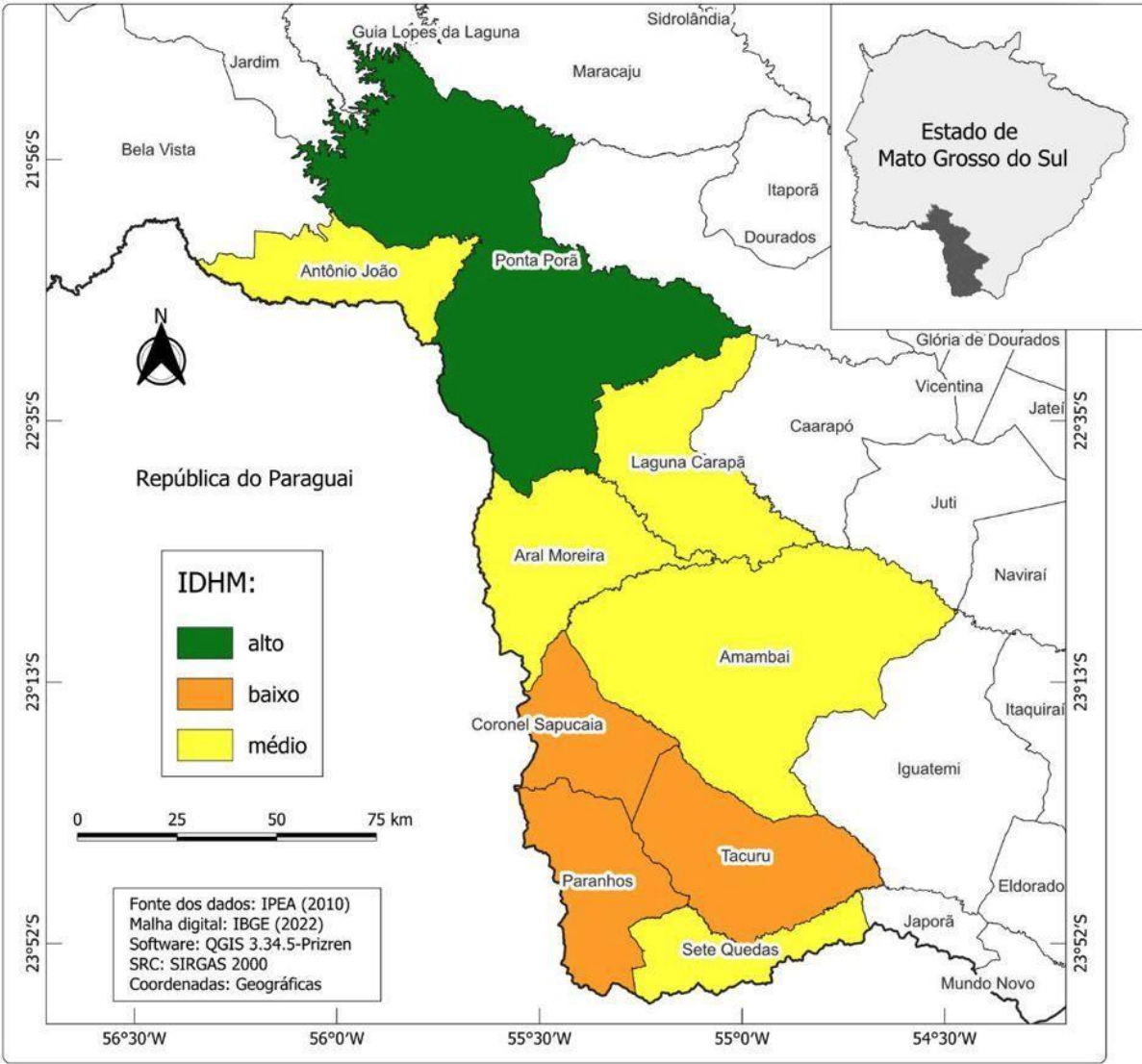
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano( 2010).

\*Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (Muito alto desenvolvimento 0,800 – 1,000; Alto desenvolvimento 0,700 – 0,799; Médio desenvolvimento 0,600 – 0,699; Baixo desenvolvimento 0,500 – 0,599; Muito baixo desenvolvimento 0,000 – 0,499).

Ao analisar o IDHM dos municípios da Região Sul Fronteira, verificou-se, que o maior IDHM é do município de Ponta Porã (0.701) com alto desenvolvimento, o qual apresenta os melhores percentuais de população, emprego, renda e PIB, seguido do município de Amambai (0.673). O município de Paranhos apresenta o menor IDHM com 0,588. A Figura 3 apresenta a distribuição espacial da do IDHM em 2010 na Região Sul Fronteira.

Segundo dados do IBGE de 2020 (IBGE, 2020), o Produto Interno Bruto (PIB), de Mato Grosso do Sul apresentou variação de 0,2% no primeiro ano da pandemia de Covid-19, comparado com o ano de 2019, sendo o maior percentual do País. O resultado de Mato Grosso do Sul foi atribuído ao desempenho de sua agropecuária. O segmento apresentou a maior variação entre os três grandes grupos de atividades na economia do Estado (G1 MS, 2022).

**Figura 3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO IDHM EM 2010 NA REGIÃO SUL FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL**



Fonte: Os autores (2024).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresentado na tabela 5, tem como finalidade analisar o desenvolvimento municipal dos municípios da Região Sul Fronteira, servindo de ferramenta essencial para tomada de decisões pública e privadas. Como já comentado anteriormente, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, segundo a classificação adotada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em relação ao IFDM, verificou-se que Laguna Carapã é o município com maior desenvolvimento, tanto em 2010 (0,63), quanto em 2016 (0,68), com destaque para a área da saúde, em ambos os períodos, apresentando desenvolvimento moderado. Ponta Porã é o segundo maior município, apresentando desenvolvimento moderado, com destaque para a educação em 2010 (0,6685) e em 2016 (0,8038), apresentando alto desenvolvimento para a dimensão. Isso se deve também entre outros fatores, ao grande número de Cursos Universitários que o município oferece. Na tabela 6 tem-se informações referente ao IFDM dos municípios localizados na Região Sul Fronteira nos anos de 2010 e 2016.

**Tabela 6. IFDM DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL FRONTEIRA DO MS DE 2010 E 2016**

Município	2010					2016				
	Edu <sup>a</sup>	Sau <sup>b</sup>	ER <sup>c</sup>	IFDM	Nd <sup>e</sup>	Edu <sup>a</sup>	Sau <sup>b</sup>	ER <sup>c</sup>	IFDM	Nd <sup>e</sup>
Amambai	0,71	0,60	0,55	0,62	Mod	0,74	0,65	0,50	0,63	Mod
Antônio João	0,70	0,63	0,54	0,62	Mod	0,79	0,56	0,45	0,60	Reg
Aral Moreira	0,60	0,62	0,53	0,58	Reg	0,66	0,69	0,56	0,64	Mod
Coronel Sapucaia	0,62	0,51	0,53	0,55	Reg	0,68	0,58	0,49	0,58	Reg
Laguna Carapã	0,64	0,74	0,53	0,64	Mod	0,71	0,81	0,54	0,68	Mod
Paranhos	0,59	0,28	0,43	0,43	Reg	0,63	0,57	0,47	0,56	Reg
Ponta Porã	0,67	0,59	0,63	0,63	Mod	0,80	0,74	0,46	0,67	Mod
Sete Quedas	0,60	0,55	0,49	0,55	Reg	0,72	0,63	0,32	0,56	Reg
Tacuru	0,56	0,40	0,36	0,44	Reg	0,60	0,46	0,45	0,50	Reg

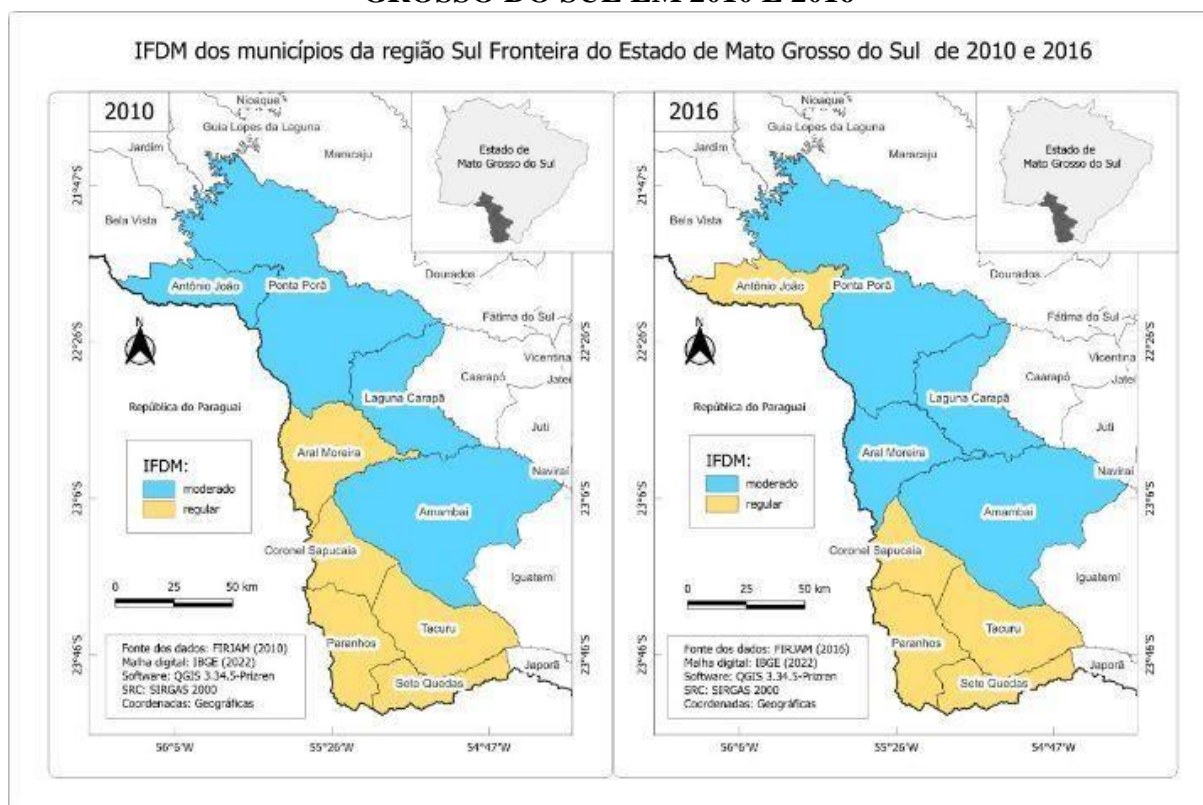
aEdu (Educação) bSau (Saúde) cER (Emprego e Renda) eND - Nível de Desenvolvimento: Mod (Moderado) e Reg (Regular) Fonte: IFDM/Firjan (2023).

O município com o IFDM baixo, em ambos os períodos é Tacuru, tendo o pior desenvolvimento na área de Emprego e Renda, com índice de 0,43 em 2010, e 0,50 em 2016. Na área de Educação, em 2016, Amambai apresenta o melhor índice, 0,71. Já em 2016, Antônio João é que se destaca nessa área, com 0,78.

Com relação à Saúde o maior índice é de Laguna Carapã em ambos os anos analisados, 0,74 em 2010, e 0,80 em 2016. Na área relacionada à Emprego e Renda, Ponta Porã apresentou o maior índice em 2010, 0,62, porém, em 2016, quem assume o melhor índice é Laguna Carapã, com 0,53. Através dessas análises, podemos verificar que todos os municípios localizados na Região Sul Fronteira apresentam desenvolvimento variando entre regular e moderado no último período, conforme podemos visualizar na Figura 4.

O índice de Gini é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. O índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, numericamente, varia de zero (0) a um (1). Funciona como um termômetro da desigualdade. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de distribuição de renda. Na Tabela 7 é apresentado o Coeficiente de Gini da Região Sul Fronteira em 2010.

**Figura 4. IFDM DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL EM 2010 E 2016**



Fonte: Os autores (2024).

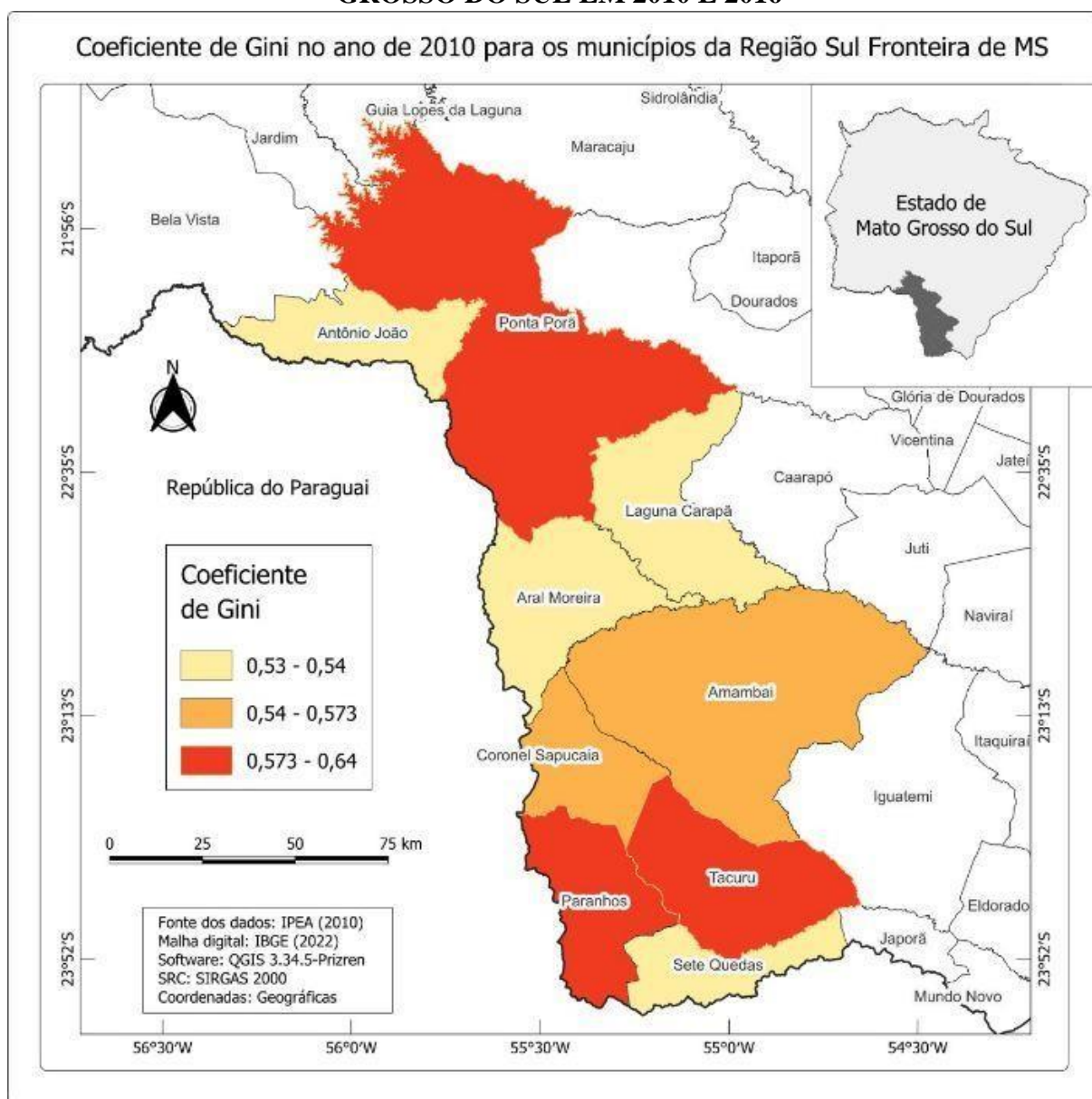
**Tabela 7. COEFICIENTE DE GINI DA REGIÃO SUL FRONTEIRA EM 2010.**

Municípios	GINI
Amambai	0.56
Antônio João	0.54
Aral Moreira	0.53
Coronel Sapucaia	0.55
Laguna Carapã	0.53
Paranhos	0.64
Ponta Porã	0.60
Sete Quedas	0.54
Tacuru	0.60

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Podemos observar os municípios com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Aral Moreira, Laguna Carapã, Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, variando entre 0,53 e 0,60. Cabe destacar que Tacuru e Paranhos são um dos 3 municípios com maior percentual de população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul, com 35,7% e 35,6% respectivamente, das etnias Guarani (Kaiová, Nandeva, Mbya) (SUAS MS, 2023). Na Figura 5 é possível visualizar a distribuição espacial do Coeficiente de Gini nos municípios da Região Sul Fronteira de Mato Grosso do Sul em 2010.

**Figura 5. IFDM DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL EM 2010 E 2016**



Fonte: Os autores (2024).

É importante mencionar também que o estado possui a segunda população indígena do país e na última década “têm consolidado políticas públicas que garantem a segurança alimentar e o acesso ao ensino superior para a população indígena” (SUAS, 2023, p. 1).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 2010 a 2020.



As análises apresentadas evidenciam que a Região de Sul Fronteira apresenta baixa renda per capita, variando entre R\$ 271,52, no município de Paranhos, a R\$ 653,36 no município de Ponta Porã. O município com maior número de população ocupada é Ponta Porã, 15,2%, apresentando salário médio de 2,2, sendo a cidade mais populosa da Região e com a maior renda per capita, R\$ 653,36. No entanto, apresenta o maior nível de desigualdade, segundo o índice de Gini, 0,64. É o município que mais contribui com o crescimento do PIB, destacando-se nos setores de comércio e serviços, além de apresentar um alto desenvolvimento com relação ao IDHM, 0,701.

Verifica-se que o município de Ponta Porã teve um significativo crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022, passando de 77.872 para 92.017 habitantes. Bem como o município de Amambai, que passou de 34.730 para 39.325 habitantes.

O município com o maior salário médio mensal da região Sul Fronteira é Laguna Carapã, com 2,6 salários. A menor média salarial é de Coronel Sapucaia com 1,7, sendo que os demais municípios variam de 1,8 a 2,3. Com relação ao número da população ocupada, o município que apresenta maior percentual é Ponta Porã, seguida de Laguna Carapã, com 15%,

O município com a menor renda per capita (R\$ 271,52) e maior porcentagem de pobres (52,84%) e extremamente pobres (33,54%) é Paranhos, e apresenta ainda a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos.

A respeito à concentração de renda, o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%,

Os municípios com maiores desempenho no PIB são Ponta Porã com um total de R\$ 935.791, e Amambai com R\$ 362.257. Ponta Porã tem destaque para os três setores, notadamente no setor de comércio e serviços. O município de Laguna Carapã registra um PIB de 185.499, com destaque para agropecuária.

Ao analisar o IDHM dos municípios da Região Sul Fronteira, verificou-se, que o maior IDHM é do município de Ponta Porã (0.701) com alto desenvolvimento, o qual apresenta os melhores percentuais de população, emprego, renda e PIB, seguido de Amambai (0.673). O município de Paranhos apresenta o menor índice com 0,588.

Dados referentes ao IFDM, Laguna Carapã é o município com maior desenvolvimento, tanto em 2010 (0,6360), quanto em 2016 (0,6845), com destaque para a área da saúde, em ambos os períodos, apresentando desenvolvimento moderado. Ponta Porã é o segundo maior município, apresentando desenvolvimento moderado, com destaque para a educação, em 2010 (0,6685), e em 2016 (0,8038) apresentando alto desenvolvimento para o setor. O município com o IFDM baixo, em ambos os períodos é Tacuru, tendo o pior desenvolvimento na área de Emprego e Renda, com índice de 0,4394 em 2010, e 0,5022 em 2016.

Os municípios com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, variando entre 0,64 e 0,60, o que acaba refletindo na qualidade de vida da população. Os municípios que apresentam menores valores no índice de Gini são Aral Moreira e Laguna Carapã, ambos com Gini de 0,53, porém, ainda assim, evidencia alta desigualdade.

O trabalho mostra que os municípios situados na Faixa de Fronteira Internacional apresentam índices de uma região subdesenvolvida, devido ao fato de não acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos grandes centros, devido às suas singularidades ou até mesmo pela falta de realização de políticas públicas voltadas para o progresso dos indicadores socioeconômicos.

Este artigo buscou evidenciar a necessidade de estudos mais amplos relacionados a essas localidades, não apenas na Região Sul Fronteira, mas nas demais regiões que possuem as mesmas similaridades, como o fato de fazer fronteira com outros países, apresentando a necessidade de se fazer políticas públicas mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no "Espaço MatoGrossense"**. Contexto, propósitos e contradições. Tese de Doutorado USP. 2001. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002232232/pt-br.php>> Acesso em 11/09/2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> Acesso em: 20/10/2023.

BARBOSA, F.R.; MOREIRA, G, B.; MARIN, S, R. **A pobreza multidimensional nos municípios de Mato Grosso do Sul**. REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA, Ponta Porã, 2019.

BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras**, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: <<https://gpfronteras.wixsite.com/coloquio-fronteiras>> Acesso em: 15/10/2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2005.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. Brasília, DF, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico**.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

CORRÊA, A. **Políticas públicas para a integração regional de Fronteira de Mato Grosso do Sul: um estudo da “borda fronteiraBrasil/Paraguai”**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, 2019.

COSTA, M. C. V. **Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

FARIAS, G. E.G. **Diagnóstico socioeconômico e produtivo da faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006-2016**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, MS, 2019.

FERRERA DE LIMA J. et al. **Desenvolvimento Regional Fronteiriço No Brasil**. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE, 2020

FERRERA DE LIMA, J.; HERSEN, A.; KELIN, C. F. Desenvolvimento humano municipal no Oeste do Paraná: o que mostram os indicadores? **G&DR**, Taubaté, 2016.

Furtado, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, 1961.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. **A questão urbana no universo fronteiriço**: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã / MS. Orientador: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. 19 2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2636>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GOETTERT, Jones Dari. **Fronteiras**: quando o “paraíso” e o “inferno” moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed. UFGD, 2017.

G1 MS. Em 2020, primeiro ano da pandemia: MS registra maior crescimento do PIB do País. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/11/16/em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-ms-registra-maiorcrescimento-do-pib-do-pais-aponta-ibge.ghtml> Acesso em 20/11/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estruturateritorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html> Acesso em 20/11/2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2688/estrada-de-ferro-noroeste-do-brasilvira-patrimonio-nacional>. Acesso em 24/11/2024.

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira**: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LIMA, A. E. M. A teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. Análise Econômica, n. 24, v. 45. Disponível em: **A teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado** | Análise Econômica.2009.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. In: BALBIM, Renato et al (Org.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA: ITDP, p. 205-222, 2016.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

PAVÃO, E. S. **Formação, Estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia Brasileira**. Florianópolis, UFSC: Centro socioeconômico, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102209/225391.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 10/09/2024.

PEDROLLO-MACHADO, C. C. **Estado e Desenvolvimento Econômico: uma análise de Mato Grosso do Sul no período 2008-2018**. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados. 2018.

SANTOS, Domingos. **Teorias de inovação de base Territorial**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002.

SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 921–950, 2021.

SCDL. Segunda Comissão Demarcadora de Limites. Ministério das Relações Exteriores. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/ptbr/assuntos/demarcacao-de-limites/atividades-da-coordenacao-geral-dedemarcacao-de-limites-1>> Acesso em 21/11/2024.

SEMAGRO. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul, Regiões de Planejamento, MS 2015**. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/estudo-da-dimensao-territorial-do-estado-de-ms/regioes-de-planejamento2015>>. Acesso em 24/09/2024.

SUAS. **Políticas públicas garantem segurança alimentar e acesso ao ensino superior aos povos indígenas de MS**. 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.observatorio.sead.ms.gov.br/politicas-publicas-garantem-segurancaalimentar-e-acesso-ao-ensino-superior-aos-povos-indigenas-de-ms/#:~:text=S%C3%A3o%20quase%2080%20mil%20ind%C3%ADgenas,maior%20percentual%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena.>> Acesso em 01/12/2024.

SCHERMA, M.A. Cidades-gêmeas e interação: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. USP. 2016

SOUZA, Neli de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRECILHA, M. L. **A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2013. 180 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.